

COMUNICADO TÉCNICO

Tributação



FIERGS CIERGS

ICMS-ST: CONFAZ SUBSTITUI O CONVÊNIO 52/2017

Foi aprovado pelo CONFAZ na reunião da última sexta-feira, 14 de dezembro, novo Convênio ICMS, ainda não publicado, que revoga e substitui o Convênio ICMS nº 52/2017 - o qual disciplinava o regime de Substituição Tributária no ICMS (ICMS-ST) e estava suspenso por liminar do STF em ADI apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A decisão do CONFAZ é resultado de negociação com o setor industrial, que foi liderada pela CNI e contou com a contribuição da FIERGS e diversas outras federações estaduais e associações setoriais.

O novo Convênio ICMS traz diversos avanços em relação ao 52/2017 (revogado), com destaque para:

- ✓ exclusão do dispositivo que poderia levar à dupla inclusão do ICMS na base de cálculo do ICMS-ST;
- ✓ supressão da responsabilidade solidária ao adquirente;
- ✓ retirada da vedação à compensação de créditos de ICMS nos débitos de ICMS-ST;
- ✓ retirada do dispositivo que previa a aplicação de MVA em substituição ao Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) ou preços sugeridos pelo fabricante ("gatilho");
- ✓ exclusão das condições para determinar interdependência entre as partes, que elevavam as MVAs;
- ✓ maior garantia de participação das entidades de classe representativas de segmentos econômicos nos levantamentos de preço realizados para a definição de MVA e PMPF;
- ✓ definição de prazo de 90 dias para a autorização prévia do ressarcimento do ICMS-ST;
- ✓ retirada da inclusão do ICMS na base de cálculo do diferencial de alíquota (DIFAL por dentro);
- ✓ eliminação da MVA ajustada; e
- ✓ Possibilidade de que preços promocionais sejam considerados no cálculo das MVAs.

Se o Convênio ICMS 52/2017 não tivesse sido revogado, haveria aumento de 13,3% na alíquota efetiva final de ICMS, segundo estimativas da Gerência de Políticas Fiscal e Tributária (GFT) da CNI. Considerando esse aumento em todos os produtos sujeitos ao regime de Substituição Tributária, a produção e as vendas dos setores afetados seriam, em média, 0,4% menores em relação ao cenário sem aumento do ICMS-ST, após dois anos de vigência do convênio.

Assim, a revogação do Convênio ICMS 52/2017 beneficia a indústria e toda a sociedade brasileira, ao impedir que ocorram aumentos adicionais de custos e preços, além de evitar piora no resultado do emprego e do PIB do País.

Sendo o que nos cabia informar no momento, permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento.

GERÊNCIA TÉCNICA E DE SUPORTE AOS CONSELHOS TEMÁTICOS - GETEC

Conselho de Assuntos Tributários, Legais e Cíveis - CONTEC

contec@fiergs.org.br - Tel. +55 51 3347-8739

Coordenador: José Luis Korman Tenenbaum